

**O LIVRO DIDÁTICO E A ICONOGRAFIA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA
ESCOLA ESTADUAL SÃO PEDRO, MAUÉS /AM-2023.**

*Valdiana Rodrigues Cascais¹
Maria de Jesus do Carmo Araújo²*

RESUMO: O relato de experiências aborda as manifestações visuais ao estarem sendo cada dia mais acessíveis com as mudanças no mundo cria-se a necessidade que os professores e historiadores acompanhe-as de forma crítica, como estas afetam não só as mídias, mas também o livro didático. O objeto de investigação da pesquisa foi a iconografia, como estas imagens presentes nos livros podem ajudar no ensino de História, reconhecendo a realidade ao trabalhá-las em sala de aula, vantagens, potencialidades e as suas dificuldades. Utilizando a pesquisa em campo durante os estágios, pesquisa bibliográfica com a metodologia progressista e a importância das representações em textos e documentos não escritos. Os termos Iconografia e Iconologia estudados por Panofsky e Burke como símbolos fornecendo uma construção de interpretações. O ensino de História e a trajetória do livro didático referenciam-se os autores Bittencourt, Libâneo, Freitag e Karnal. Evidenciamos a importância documental das imagens para fornecer informações e conscientização do contexto ao propiciar a formação do diálogo com as fontes visuais durante a aula, além de permitir relações com estas linguagens.

Palavras-chave: Livro Didático. Iconografia. Ensino Fundamental. Maués /AM.

1. Introdução

O presente trabalho é um relato de experiência realizado no município de Maués-Am no ano de 2023, na Escola Estadual São Pedro na turma do 6º ano 6 do ensino fundamental com a disciplina de Estágio Supervisionado I, durante a matéria do curso de graduação em Licenciatura em História onde esta é indispensável para obtermos uma experiência na formação enquanto futuros professores e historiadores.

Esse artigo pretende apresentar o uso de novas fontes históricas e seu desenvolvimento em sala de aula, assim como os resultados onde se fez contato com o espaço estudantil e escolar, tendo o acesso com a futura profissão, além de relatar as experiências desenvolvidas a partir deste processo na formação de professores e seus desafios em sala de aula.

Partindo da vivência com as turmas houve uma atenção mais aprofundada nos recursos pedagógicos utilizados em sala de aula e um deles é o livro didático que

¹ **Valdiana Rodrigues Cascais** é graduanda pelo curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas- NESMAU, Email: valdianarodrigu@gmail.com

² **Maria de Jesus do Carmo de Araújo** é Mestra em História, pela Universidade Federal do Amazonas. Seduc/ Am e professora mediadora no NESMAU. E-mail: maria.carmojs@gmail.com

usaremos como objeto de análise para a escrita desta pesquisa, assim como a iconografia presente nestes materiais. Ao obter o contato com o livro didático iconográfico nota-se que as transparências das telas coloridas de obras de arte são difíceis de se obter, por serem caras com suas impressões, dificilmente exploradas como ferramentas visuais ou por terem mais a exigência de uma atenção para sua compreensão e interação.

Além disto, o método tradicional presente nos livros ainda é muito utilizado pelos professores durante as elaborações das aulas, o que o torna fundamental como produtor de interatividade, por meio de suas imagens e seus conteúdos, como incentivo à leitura, torna-se deste modo um meio de aprendizado para se fazer uma análise com os alunos, não de forma especialista, o que pode levar tempo, mas uma experiência em que se permita buscar referências do que este já saiba fora de sala de aula.

Este texto tem como base as pesquisas bibliográficas nas obras de Circe Bittencort, Edwin Panowisk, Peter Burke e Bárbara Freitag onde o uso de imagens não são utilizados de maneira não apenas atrativa, tendo como objetivo fornecer uma ferramenta de uso pedagógico que ajude os professores nas aulas do ensino de História a serem mais estratégicas para desenvolvê-las em sala de aula, as mudanças no ensino e na forma de ensinar, assim como a importância do uso da iconografia inclusive neste material que são tão presentes no cotidiano escolar, onde estas figuras de imagem possam descrever informações do seu tempo no conteúdo da disciplina de História, e se torne uma ponte de entendimento de uma sociedade, associando elas a um período em que estas foram elaboradas de acordo com suas culturas e no que cada civilização considerava importante de se manter em suas técnicas.

2. Uma breve História do livro didático no Brasil

Durante anos o livro didático para os brasileiros foram artigos de pessoas da classe alta e escolas caras, nem todos podiam pagar até a década de 1930 onde irá se passar a ser valorizado a proposta de ter a ciência como base em suas pesquisas e interesses, as mudanças estavam ocorrendo desde o final do século XIX, além de torná-lo gratuito para todos, mas antes começamos com as primeiras mudanças que foram feitas na história do livro didático.

Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história própria não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou crítica de outros setores da sociedade (...) a partir deste período, que se desenvolve, no Brasil, uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas (FREITAG, 1997. p. 5).

Durante o governo de Getúlio Vargas com o Estado Novo é feito a criação do INL³ (Instituto Nacional do Livro) uma coordenação onde esta era subordinada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) que era um órgão estruturado em vários outros menores. Sendo ela a responsável por assegurar o controle de divulgar e distribuir os livros e com isto a presidência definiu e instituiu pela primeira vez um decreto em lei aos que deveriam serem chamados de livros didáticos a Lei 1.006 de 30/12/1938⁴.

Em 1945 surge perguntas dos críticos da educação se as funções de controle seriam em prol apenas da educação, que não abalou os membros dessa comissão que só tiveram seus poderes aumentados durante o regime civil militar de 1964 podendo manipular as produções literárias do livro didático, criando parceria com os Estados Unidos com a COLTED⁵ (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) onde este tinha o plano de que seriam distribuídos de forma gratuita o material durante 3 anos para os estudantes, instalações de bibliotecas e treinamento para professores. Essa parceria com os EUA acaba e em 1971 é criado o PLID (Programa Nacional do Livro Didático) com o Decreto 68.728 de 08 de junho de 1971⁶: Decreta artigo 81, item III e V da Constituição, tendo em vista nos artigos 145 e 146.

³ O Instituto Nacional do Livro foi um órgão do governo brasileiro responsável pela política nacional das bibliotecas e do livro, criado durante o Governo Vargas por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, em setembro/ dezembro de 1937 pelo decreto- Lei nº 93, de 21/09/1937. Objetivava elaborar um projeto para incorporação de serviços bibliotecários ao plano geral de educação das massas em países em desenvolvimento. <https://rbbd.febad.org.br/rbbd/article/view/803>. Acesso 24 de outubro de 2024

⁴ BRASIL, Decreto Lei nº. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF- Seção 1- 5 de janeiro 1939, página 277 (Publicação original) Coleção de Leis do Brasil – 1938, p.350, vol.4 (publicação original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 24 de outubro de 2024

⁵ Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, criada no ano de 1966, desempenhou um papel na implementação da política civil militar e promoveu a disseminação de livros que refletiam os valores do regime. <https://revistatopicos.com.br/artigos/politicas-educacionais-e-ensino-de-filosofia-durante-a-ditadura-militar-no-brasil> acesso 3 de novembro de 2024

⁶ BRASIL, Decreto Lei nº 68.728 de 08 de 1971. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF- Seção 1-11 de junho 1971, página 4458 (Publicação original) Coleção de Leis do Brasil- 1971, p. 198 vol.4 (publicação original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso 24 outubro de 2024

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Art. 1. O incentivo, orientação, coordenação e execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura, relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, a que se refere o Decreto nº 59.355, de 4 de outubro, de 1966, passam à competência do Instituto Nacional do Livro (BRASIL, 1971).

A FENAME⁷ (Fundação Nacional de Material Escolar) sofrendo modificações por decretos presidenciais para substituir o INL passou a ser a responsável com o Programa do Livro Didático distribuindo para todo o Brasil as obras, edição, programas do livro didático e cooperando com as instituições. Os anos de regime civil militar censurou muitos livros, tirou a liberdade democrática dos autores.

A FAE⁸ (Fundação de Assistência ao Estudante) subordinada ao MEC é criada pelo decreto Lei nº 7.091 em abril de 1983⁹ como forma de dar uma assistência aos alunos, apoiar as secretarias dos ensinos 1º e 2º graus reunidos juntos em uma instituição. Neste ano com o governo presidencial de Figueiredo o eleitorado começa com as campanhas para eleger vereadores e governadores do Estado abrindo um processo para ao que conhecemos por redemocratização no país com movimentos como o “Diretas Já”, onde as pessoas queriam uma sociedade mais democrática e com uma boa educação.

Ao criar um Comitê para tratar desses assuntos de diretrizes da área pedagógica, medidas de qualidade dos livros didáticos e financiamento para sua compra, pesquisas e estudos na área do livro, foram inclusas no Decreto 91.542 de 1 de agosto de 1985¹⁰ o PLIDEF (Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Fundamental) torna-se PNLD¹¹ (Programa Nacional do Livro Didático) reformulado, onde decretava a

⁷ Fundação Nacional de Material Escolar criada em 1967 com o decreto Lei nº5.327 substitui a Campanha Nacional do Materiais de Ensino, responsável pela produção de manuais escolares para os estudantes carentes. <https://www.scielo.br/j/heduc/a/ZDpXTV9hJ75rydNNfW6vkq/> 24 de outubro de 2024

⁸ É alterada da denominação da FENAME para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ampliando as suas finalidades pelo decreto 7.091 de 1983 com vistas a assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional. <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira> acesso 24 de outubro de 2024

⁹ BRASIL, Decreto Lei nº 7.091 em abril de 1983. Diário da União, Poder Legislativo, Brasília, DF- Seção 1-19 de abril de 1983, página 6273(Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil- 1983, p.52 vols.3 (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 07 de novembro de 2024

¹⁰ BRASIL, Decreto nº 91.542 de 1 de agosto de 1985. Diário da União, Poder Executivo, Brasília, DF- Seção 1-20 de agosto de 1985, página 12178 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil- 1985, p.187. vol.6 (Publicação Original). <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso 07 de novembro de 2024

necessidade de valorizar o magistério, participação do professor na indicação do livro didático, redução de gastos das famílias com a Educação.

Art.1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art.2º.O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados (BRASIL, 1985).

Apesar dos poderes das antigas comissões a FAE foi desativada pelo seu novo presidente que descentralizou o seu poder administrativo do PNLD e toda a política de escolha dos livros didáticos seriam dos próprios professores e não mais as comissões e delegacias, o livro não poderia ser descartável e com materiais ruins, tornando-os até os dias atuais a responsabilidade dos professores de escolherem seus próprios materiais de apoio.

As medidas adotadas aos longos da História do Livro Didático no Brasil são baseadas em medidas por seus longos períodos de mudanças entre os governos presidenciais, com acordos e alianças entre países e editoras, passando a ser um dos documentos da Educação mais adaptado e manipulados até o seu processo de democratização e escolha dos dias atuais.

2.1 O ensino de História e as imagens iconográficas

Por milênios o homem em sua evolução buscou se comunicar entre seus semelhantes de diversas maneiras como a oralidade pré-histórica baseada em ruídos, gestos e é claro, por desenhos feitos em suas cavernas que mais tarde estes seriam chamados pelos historiadores da arte de pinturas rupestres. Ao longo dos séculos os seres humanos buscaram-se em aperfeiçoar na comunicação, o período neolítico e a invenção da agricultura deram origem, graças as trocas comerciais, a necessidade de poder ler e contar os animais, onde se intensificou com a procura de algo que simbolizasse as entradas e saídas do comércio, além de facilitar a socialização desses grupos.

Como expressão material e simbólica de contexto singulares, as imagens respondem pela criação, utilização e combinação, de uma forma própria, das referências concretas e imaginárias que configuram

¹¹ Programa Nacional do Livro Didático decretado pela Lei nº 9.099 é a avaliação, compra e distribuição de materiais didáticos, pedagógicos e literários e de apoio á prática educativa de forma gratuita. <http://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnld-o-que-e-e-como-funciona-o-programa-nacional-do-livro/>. acesso 13denovembrode2024

as heranças e tradições de uma comunidade, os modos de ser, fazer e pensar de seus integrantes, enfim, as formas mais diversificadas de criação e representação do sentimento de identidade dos indivíduos e grupos que compõe uma coletividade (TURAZZI, 2009, p. 48).

Durante o século XVIII as revoluções de caráter revolucionário na França surgem influenciadas pelo Iluminismo e também por um sentimento nacionalista surge a corrente do Positivismo e a constituição da disciplina de História daquele período, marcados pelos grandes feitos, assim nasce a necessidade de se obter uma documentação para registrar esses feitos como provas nos escritos, são uma como forma apenas de se guardar os arquivos.

Embora se considerasse a documentação, escrita para a constituição dos fatos históricos, a apropriação da pintura, principalmente a francesa de características neoclássica, romântica e de academia foi representada pelos artistas da época para descrever grandes conquistas e idealizar um modelo de nação sugerida pelos governantes. Segundo a concepção Positivista, os fatos deveriam ser tratados de forma objetiva tendo por base os documentos escritos (CECATTO, 2011 p. 3).

A partir da escola dos Annales na década de 1930 as mudanças acontecem na função do historiador, não só de arquivar estes feitos, mas um novo olhar de interdisciplinaridade, com novas formas de analisar e entender a sociedade, como os sujeitos secundários que antes eram os escravos, pessoas comuns, novas fontes históricas e novas pesquisas que valorizassem o meio humano e as diferenças sociais.

2.2 Usando a imagética nos livros didáticos de História

Nosso primeiro contato com o ensino de História nos anos iniciais e finais se dão por meio dos livros didáticos, é com eles que aprendemos e sabemos sobre um determinado tema, pelo uso das imagens tentamos ler pela primeira vez quando somos crianças, antes mesmo de saber estudar tentamos identificar uma época por apenas usar a imaginação, com aquela representação iconográfica impressas em suas páginas, mais do que isso, os livros são fontes vindas para estudarmos para os vestibulares e provas, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) os temas no ensino de História devem ser abordados em sala de aula de forma respeitosa, mas o que seria estas imagens e o que se chama quando tentamos interpretá-la?

A Iconografia do sufixo “grafia” vem do verbo grego graphein, “escrever”, implica um método de proceder de modo descritivo e classificando as imagens sendo um estudo mais detalhado que fornece

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

temas específicos que já foram analisados e pelos seus motivos específicos (PANOFSKY, 2007, p. 51)

A sua descoberta e interpretações desses símbolos e significados são objetivos da iconologia. Sendo a primeira segundo o autor apenas uma representação com informações de uma época e precisa-se de uma interpretação, com a iconologia sendo esta uma parte integral da análise, um método interpretativo usado com mais rigorosidade em mais leituras para a interpretação de uma obra de arte.

O termo iconografia é definido por Panofsky como:

“Iconografia é o ramo da História da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma. Tentemos, portanto definir distinção entre tema ou significado, de um lado, e formas de outro.” (PANOFSKY, 1955, p. 47)

A partir do estudo desenvolvido nas aulas de regência e observação, a sala era composta por 40 alunos do Ensino Fundamental, sob o acompanhamento da professora da disciplina em questão, foi necessário criar um plano de aula personalizado que pudesse se adaptar com a realidade da sala. A primeira parte foi preciso uma preparação como professora com leituras das fontes primárias como a dos livros, textos e artigos para uma explicação com estudo e informações atualizadas, assim como analisar os conteúdos do livro dos estudantes onde este era repleto de ilustrações.

Partindo dessa leitura inicial e interna da própria ilustração, torna-se possível especificar seu conteúdo: tema, personagens representados, espaço, postura, vestimentas, que indicam o retrato de uma determinada época. Assim, é necessário estar identificado no diálogo com os alunos qual conhecimento está sendo obtido por intermédio das imagens. (BITTENCOURT, 2004, p. 88)

A segunda parte durante a observação da professora da disciplina na dinâmica entre professor e alunos se pôde analisar através das aulas que as imagens iconográficas poderiam servir para uma melhor constituição do cenário e contextualização do tema, assim como uma atenção dos estudantes ao tratarem do livro didático como algo comum. O uso de análise em imagens dos livros é um tema dificilmente explorado nas salas de aula, pois o termo iconografia é pouco utilizado e o tempo é curto para serem explorados, assim como também a escola muitas vezes não tem um recurso financeiro para fornecer gravuras e cópias coloridas impressas.

A terceira etapa foi administrar a regência onde foi utilizada a metodologia progressista com a explicação do tema e do contexto para que os alunos pudessem participar, com o objetivo de analisar o livro com suas imagens de maneira documental não como os historiadores com suas técnicas e propriedades, mas como primeiro

contato como pesquisadores conhecendo a História de maneira curiosa e procurando informações.

O professor traça objetivos que não visam à produção de um texto historiográfico inédito ou a uma interpretação renovada de antigos acontecimentos, com o uso de novas fontes. As fontes históricas em sala de aula são utilizadas diferentemente. Os jovens e crianças estão “aprendendo História” (BITTENCOURT, 2008, p. 329)

Com perguntas sobre as imagens que estavam sendo utilizadas para representarem o período do Antigo Egito, ilustradas nas páginas dos livros e também foram vistas no slide durante a explicação. Afim de compreender o significado das pinturas históricas durante a aula de Idade Antiga alguns recorriam as legendas abaixo da figura como forma de interpretação daquela cena impressa como no caso dos deuses egípcios, pois não entendiam os motivos destes serem representados em forma de zoomorfismo: forma animal, e antropomorfismo: forma humana e em outras em antropozoomorfismo: nas formas humana e animal.

As comparações de ilustrações reproduzidas em momentos diferentes para que os alunos possam estabelecer relações históricas entre as permanências e mudanças e para relativizar o papel que determinados personagens tendem a desenvolver na História. (BITTENCOURT, 2004, p. 88)

Ao término da explicação realizou-se uma atividade de símbolos que representariam a cultura dos egípcios usando colagens com figuras, o livro como exemplo onde estavam organizados as pirâmides e outros símbolos, aplicando a explicação de como eram suas principais características do povo e sua cultura.

A iconografia pode ajudar a se ter mais informações sobre um período e mostrar como eram retratados outras civilizações, além de levantar questões e explicar como no caso dos indígenas na América do Sul e civilizações africanas que estas não eram apenas um só povo, mas civilizações distintas, cada uma tinha sua modernidade, costumes e suas crenças estas imagens foram apresentadas durante as aulas. Deve-se ter a preocupação ao trabalha-las de forma documental e crítica para que os estudantes saibam as diferenças de cada civilização.

De acordo com o historiador Peter Burke poucos historiadores trabalham com arquivos fotográficos, mas se atentam apenas para os documentos escritos.

Quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem documentos. Nos casos em que as imagens são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já

havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões (BURKE, 2004, p. 12).

Sem as imagens como documentos históricos visuais seria difícil escrever os períodos mais antigos, sem estes as pinturas rupestres e das encontradas nos túmulos do Egito seria impossível saber o que cada etapa da História da humanidade acreditava, seguia ou pensava, não como forma única de evidência, mas como uma fonte a se ter como testemunha daquele acontecimento em questão.

Esta é uma problemática nas salas de aula, muitos alunos não sabem o significado destas imagens por acreditarem não serem importantes de se aprender e não se sentirem muitas vezes representados por estas ou até mesmo por falta de interesse em conhecer uma cultura diferente. A História apresentada por muitos apenas por um ponto de vista fornece a falta de conhecimento cultural uma lacuna de identidade própria.

2.3. Por uma História Cultural do Livro Didático em Maués

Ao utilizar o livro didático em sala de aula observou-se também o quanto seu uso é de uma didática tradicional e a dificuldade mais encontrada durante as vivências em sala de aula é a valorização do que temos em nosso Estado, por ainda existirem resquícios sobreviventes da colonização europeia presentes na mentalidade de muitos que valorizam somente o que é de fora, ou é visto como belo no estrangeiro, o senso de criticidade dos alunos ainda é pouco explorado e muitos não sabem o que tem em sua cidade, e tampouco o que é patrimônio imaterial e material, rico em diferenças étnicas, mas pouco falado nas aulas de História.

Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITTENCOURT, 2004 p. 72).

A importância de se ter a criticidade nos livros de História onde a visão europeia via a sociedade brasileira inferior é retratada nas imagens dos livros didáticos que antigamente registravam os povos originários e africanos como civilizações primitivas e atrasadas, onde os europeus eram chamados de exemplos de modernidade. (BITTENCOURT, 2003, p. 84). Sendo estas a serem repassadas para os estudantes por décadas até entrar em vigor a lei que tornava obrigatório o ensino de História para abordar de forma educativa e respeitosa, assim como os professores que obtiveram um olhar mais cuidadoso ao trazer estes assuntos, onde muitas vezes foi invisibilizado e apagado da sociedade brasileira para seguirem os fortes padrões da época colonizadora

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

com suas ideias preconceituosas e eurocêntricas serem vistos e explorados em sala de forma crítica e reflexiva.

Os livros didáticos também foram afetados pela profissionalização do estudo da Antiguidade no país. Cada vez mais, os livros tratam não só dos temas e das explicações historiográficas tradicionais, mas procuram diversificar os objetos e as abordagens, assim como inserir o estudo da Antiguidade na realidade brasileira. A visão eurocêntrica estereotipada já não é a única encontrada (KARNAL, 2010, p. 97).

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008¹² e os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) propõem para o segundo ciclo no Ensino Fundamental com o conteúdo de História a valorização do conhecimento das culturas afro-brasileiras e indígenas serem abordados em sala de aula, além do assunto prévio para os alunos no contexto estudado com o papel do professor em fomentar essa curiosidade em explorar diversas fontes que forneçam estas experiências como bibliotecas, museus, fotografias, jornais e textos dos livros didáticos. Essas são fontes utilizadas de maneira visual que constroem reflexões.

A recorrência de representações das populações indígenas nos livros didáticos de História fomentou uma série de questionamento não apenas sob as possíveis interpretações das populações indígenas ao longo da História ensinada, mas também sobre os métodos para a proposição de estudos que articulem texto e imagem e possibilitem a utilização de uma leitura crítica do acervo de ilustrações selecionado e produzido para fins didáticos (BITTENCOURT, 2003, p. 81).

A importância de estudar as representações indígenas durante as aulas se torna um compromisso em apresentar um povo de diversas etnias, com costumes únicos de sua cultura e religiosidade. Os livros didáticos antigos e atuais podem nos transmitir informações onde podemos comparar as mudanças no cenário atual que ajudam a montar um cenário através da leitura e imagens de obras de artes em suas páginas, com estes povos sendo vistos como pessoas resistentes que já tinham um modo diferente de se viver e que foi subjugado durante anos pela colonização, mostrando os dois lados de uma História.

Acompanhando a literatura didática pode-se perceber e analisar várias versões sobre as populações indígenas e, considerando as publicações mais recentes, destacar as mudanças e permanências das ilustrações e seu contexto. As ilustrações ampliam o texto? O que informam as legendas? (BITTENCOURT, 2003, p. 84)

¹² BRASIL, Ementa a altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário da União, Poder Legislativo, Brasília, DF- Seção 1- 12 de março de 2008, página 1 (Publicação Original) <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 13 de novembro de 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

A preocupação dos professores em se ter um material onde valoriza-se a região como uma questão cultural e nacional para o Estado, a necessidade desse material didático com gravuras regionais onde apesar de ser uma ferramenta iconográfica útil não somente para um Estado, mas para nível global, não se tornou um documento a nível nacional por diversos fatores sejam eles por recursos financeiros ou políticos do país

Figura1: Representação de resistência indígena em livro didático (1991).



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Em nossa região não temos um livro didático para cada município, apesar de já termos alguns exemplares no município de Maués na década de 1990 onde eram chamados de Estudos Sociais, neles abordavam o município com sua História, como chegou seu processo de colonização, com imagens contando em formato de quadrinhos, retratando o modo de vida dos povos originários durante a chegada dos portugueses e missionários, a religião, fotografias antigas do início de Maués, comidas típicas, festas, a cultura com a presença constante dos indígenas Saterê-Mawé em confecções de artesanatos e no saber medicinal, que ainda é muito presente nos dias atuais, assim como a forma em que se tratava a resistência e a luta durante a revolta da Cabanagem na região Norte.

Os métodos de análise dessas diferentes imagens necessitam estabelecer relações com outras fontes, notadamente com os textos escritos (...) caso das imagens em livros didáticos, as vinhetas e legendas das imagens postas à disposição nas páginas dos livros fornecem leituras diferenciadas de uma mesma gravura, foto ou mapa, de acordo com as informações contidas nelas. (BITTENCOUT, 2008 p. 362; 364)

Figura 1: Livros didáticos do município de Maués (1991-1993)



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Os livros com matéria diversificada dos currículos da História regional começaram a ter sua circulação difícil e irregular, tratados como suportes informativos e não como documentos a serem analisados, fizeram com que estes saíssem de circulação, e usamos os que nos mandam, apesar de se ter uma escolha dos professores nas obras a realidade é bem diferente, não só para o Amazonas, mas também para outras regiões e municípios do país.

No Brasil, embora não se possa encontrar pesquisa especialmente dedicada à produção iconográfica na área de História, existem trabalhos que buscam analisar como determinados segmentos sociais têm sido representados, especialmente os indígenas e a população negra, nos diversos livros escolares (BITTENCOURT, 2004, p. 74 - 75).

Uma das prioridades na formação dos professores de História em analisar os livros didáticos com seus textos e imagens ao serem distribuídos como figuras selvagens vemos o quanto há uma necessidade de se mostrar a importância de conhecer a cultura do outro e aprender o respeito nas diferenças, sabemos a interferência do Estado e do sistema em bater metas que priorizam resultados. Essas experiências que o estágio permitiu foi poder usar a interdisciplinaridade na construção dessas atividades que interajam com os estudantes, mostrou a dificuldade no custo de se imprimir imagens e o tempo em se trabalhar com elas, a elaboração de um planejamento de aula precisou um conhecimento prévio no papel de professora, das diversas leituras sobre o tema em que estava ministrando durante a aula, para se ter informações necessárias.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções

político-pedagógicas e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural). (LIBÂNEO, 1990 p. 222).

Ao usar imagens obtivemos o resultado de podem ser usadas a entender o contexto em que se passam os períodos históricos em que trabalhamos, os estudantes tiveram a oportunidade de poder fazer perguntas sobre a civilização e entender os fatos que levaram a ocorrer tal acontecimento, com base nas leituras dos livros didáticos como fornecedoras da construção de um contexto onde a imaginação, o pensamento crítico e a aprendizagem sejam uma ferramenta na educação.

3. Considerações finais

Este relato de experiência buscou analisar o livro didático de História no Ensino Fundamental como forma documental iconográfica para que pudesse ser uma fonte de trabalho, como ela ajuda na formação da interpretação de um texto, provocando atenção do aluno não apenas de forma ilustrativa com desenhos e cores, mas como um meio de se obter informações, fixando e complementando um contexto que está sendo estudado, a participação do professor neste processo mediador de explicar e ajudar durante o primeiro contato dos estudantes em conhecer a disciplina de História.

Sendo utilizado a metodologia onde valorize a importância de se ter a problemática em estudar outros povos e personagens da construção da civilização moderna, com outros pontos de vista, analisando os elementos de como eram retratados antigamente nos livros que muitas vezes foram esquecidos, sejam vistos juntamente com suas representações assim como sua historicidade de maneira histórica e educativa por meio de ilustrações presentes em seu cotidiano regional e local. Fomentando-os a serem sujeitos históricos conscientes do meio em que vivem.

Com isto trazendo em suas páginas que ilustram a forma de intercâmbio cultural entre povos integramos a valorização do ambiente para a população de Maués com sua própria realidade e qualidade de vida, vemos a necessidade do município assim como do Amazonas ao todo em ter um livro didático que valorize o regional como antigamente o fazia, com a proposta de se ter algo histórico e documental, ao trazer esse material para o cotidiano dos estudantes fortalecemos o senso de identidade e cultura além de obter recursos visuais que retratem em si a realidade da cidade e do município.

4. Referências

BITTENCORT, Circe M. Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo. Cortez, 2008.

_____, Circe Fernandes. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL, Decreto Lei no 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF-5 de janeiro 1939.

_____. Decreto Lei nº 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. Decreto Lei nº 68.728 de 08 de 1971. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. 11 de junho 1971.

_____. Decreto Lei nº 7.091 em abril de 1983. Diário da União, Poder Legislativo, Brasília, DF-18 de abril de 1983.

_____. Decreto Lei nº 9.099, 18 de julho de 2017. Diário da União, Poder Executivo, - Brasília, DF. Seção 1 de 19 de julho de 2017.

_____. Decreto Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário da União, Poder Legislativo, Brasília, DF- 12 de março de 2008.

_____. Decreto Lei nº 91.542 de 1 de agosto de 1985. Diário da União, Poder Executivo, Brasília, DF. 20 de agosto de 1985.

_____. Ministério da Educação e Cultura. LDB- Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares nacionais: história e geografia. Rio de Janeiro DP&A, 2000.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, acesso 2023.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CECATTO, Adriano; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. **A iconografia e o ensino de história: potencialidades e possibilidades**. In: Encontro de pesquisa e pós-graduação em humanidades, 2., 2011, Fortaleza. Semana de Humanidades, Humanidades: Entre fixos e fluxos, 8., 2011, Fortaleza Anais... Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 1-15.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTTA, Wanderley Ferreira da. **O Estado da arte do livro Didático no Brasil**. Brasília- DF 1987.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo. Contexto, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo. Cortez. 1990

PANOVISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** São Paulo; Perspectiva, 3. de, 2007.

PPP- Projeto Político Pedagógico Escola Estadual São Pedro, Maués. 2023.

RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo.** DApesquisa, Florianópolis, v.3 n 5, p.300-307, 2008

SANTOS, Fabricio Lyrio e Guerra Filho de, Sérgio Armando Diniz. **Ensinar história no século XXI: dilemas e perspectivas.** Cruz das almas- BA: UFRB, 2019.

TURAZZI, Maria Inez. **Iconografia e patrimônio: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

Recebido em: 14/11/2024
Aprovado em: 21/11/2024